

**FACULDADE DE TECNOLOGIA SENAC - FLORIANÓPOLIS SC**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL**  
**ALUNO: Akhnaton Liuti Nascimento**  
**BLOCO 3 – TUTOR: Rodolfo Lucas Bortoluzzi**  
**DATA: 13/10/2006**

**Atividade 1 – Realize uma pesquisa sobre indicadores de qualidade de vida, selecione três deles e faça uma análise crítica.**

### **Indicadores de Qualidade de Vida**

O IDH foi criado em 1990 pelo paquistanês *Mahbub ul Haq*. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma ferramenta de cálculo estatístico utilizada no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) para avaliar o desenvolvimento humano, segundo critérios determinados que sirvam como indicadores do desenvolvimento humano de uma região ou país.

Indicadores importantes como o grau de escolaridade e analfabetismo, acesso à saúde pública e estimativa de longevidade, oferta de emprego e disponibilidade de renda, servem como referências para um contraponto importante quando se analisam dados relativos ao grau de desenvolvimento de uma nação. Em geral o desenvolvimento de uma nação é medido em termos quantitativos de movimentação financeira, calculando-se quanta riqueza um país gera durante o período de um ano, é denominado PIB ou Produto Interno Bruto.

“Os indicadores convencionais não fazem distinção entre atividades econômicas diferentes. Por exemplo, o Produto Nacional Bruto (PNB) aumenta cada vez que se gasta dinheiro, seja plantando uma floresta ou derrubando outra.” (*SENAC, 2006, pág. 161*)

No entanto, já se sabe que o desenvolvimento econômico de um país nem sempre é diretamente proporcional a uma evolução qualitativa das condições de vida do povo de uma nação.

“Precisamos, portanto, medir a qualidade de vida reconhecendo que esta não é, obrigatoriamente, proporcional ou dependente do crescimento econômico.” (*SENAC, 2006, pág. 161*)

Portanto, as avaliações acerca do desenvolvimento humano de um país contrapõem os dados sobre o desempenho financeiro aos dados correlacionados a utilização da riqueza em uma economia de bem estar social coletivo.

Novas compreensões sobre a qualidade da vida exigem um grau de especialização dos modelos de mensuração estatísticos, além disso, provocam uma re-interpretação das premissas acerca do que seja despesa, investimento, lucro, economia, dentre outros conceitos que definem o impacto que a matemática financeira provoca nas atividades produtivas e no gerenciamento dos recursos. Os recortes de uma publicação sobre qualidade de vida demonstram o delineamento da perspectiva econômica a partir de novos desdobramentos:

“À medida que os países percebem que ao contabilizar gastos em educação e saúde como investimento, e não como despesa, o déficit público se transforma em superávit...” “... gastos em educação são contabilizados como despesa nos cálculos do PIB... mas..., educação é o investimento mais importante de um país...” “... as discussões se concentraram na redefinição dos conceitos de prosperidade e progresso, a partir do estabelecimento de novas formas de conceber a contabilidade nacional...” (REVISTA SENAC E EDUCAÇÃO AMBIENTAL, nº 3, 2003, pág. 1)

O que antes era compreendido como despesa agora pode ser interpretado como investimento e como economia dentro de expectativas de tempo delimitadas. Alguns indicadores de qualidade de vida como o acesso que as pessoas têm à educação, saúde e trabalho, já citados anteriormente, dão novos contornos à compreensão de como é gerada e distribuída a riqueza entre homens, mulheres, crianças e idosos, classes sociais, em países, em continentes e no mundo.

No âmbito dos conceitos, os índices ainda não expressam uma clara re-definição do que seja Ser Humano. Qual importância dos seres humanos para a evolução do planeta e manutenção dos seus processos regenerativos? O que é desenvolvimento? Qual a importância do trabalho para a auto-realização humana, além da sua subsistência? O que é sociedade? Qual é a função mais nobre da educação? E, onde queremos chegar como seres que também estamos evoluindo e que fazemos parte de um organismo maior?

O máximo que se identifica em termos de qualidade nos relatórios, são melhorias da qualidade de vida relacionadas à satisfação das necessidades básicas fundamentais a existência humana e nada que transcenda ao meramente material, que aproxime o Ser ao sentido de fartura e fertilidade da Alma numa existência humana.

De fato o que os índices de desenvolvimento humano apontam com clareza é que a maior parte da humanidade ainda vive numa Idade Média, no que diz respeito a disponibilidade e acessibilidade a satisfação das necessidades fundamentais a vida humana.

“É compreensível que no coração das tensões do mundo industrial nascente estivesse a disciplina de exploração da força de trabalho. Esta, ao impor-se, operava uma mudança radical no modo e vida de uma população recém-chegada do campo, configurando-se como o cerne do sofrimento da classe operária em formação. A experiência urbana industrial, nesse sentido, condensava violência social e degradação ambiental enquanto duas faces indissociáveis do novo modo de produção.” (SENAC, 2006, pág 156)

Parece que este “Velho Mundo” industrial ainda continua se apoiando na antiga disciplina de expropriação da força de trabalho. Dessa perspectiva outras interpretações ainda deveriam ser acrescentadas aos dados demonstrados nos relatórios de IDH, e principalmente aos relatórios estritamente financeiros que determinam o rumo das “economias”, implicando em uma visão sistêmica do problema que leve em conta seu entrelaçamento econômico original. É na origem do sistema industrial que se reforça uma tendência exploratória pré-feudal onde sempre existiram os excluídos e os incluídos, e até mesmo isto por mais bizarro seja, parece formar parte de uma ideologia político-econômica, em que não se concebe que os seres humanos sejam capazes de uma existência comum e organizada, em suma desde então parece ser impossível a existência de uma sociedade genuinamente Ética. Se houve um dia tal ordem social, a história dos desesperados parece ter apagado as reminiscências e gerado dúvida considerável sobre sua existência.

À humanidade pode-se atribuir algum sentido de acréscimo à qualidade de vida do planeta, desde que resgatado o significado da palavra **eco-nomia** (eco de oicos, casa, e nomia se eu não me engano vem de mensuração, que daria o estudo da medida ou do equilíbrio da casa), que versa sobre a mais adequada produção, distribuição e utilização da riqueza, da diversidade ou biodiversidade, das oportunidades de desenvolvimento pessoal e social. Economia neste sentido remete a um equilíbrio que pode ser observado na natureza, no modo como as diferentes formas de vida se manifestam em diferentes ambientes e se mantêm em equilíbrio dinâmico em meio aos mesmos. É a distribuição justa da energia num sistema dinâmico. Segundo o Aurélio, dicionário da Língua Portuguesa:

“Economia é a arte de bem administrar; é a organização dos diversos elementos de um todo; é um organismo animal ou vegetal na plenitude de suas funções (o que poderia ser estendido a um ecossistema ou até mesmo a sociedade); é o bom uso que se faz de qualquer coisa.”

De fato não índices que elucidem claramente qual o papel econômico do ser humano em relação ao meio ambiente, quando este desempenha trabalho cooperativo, ajudando a manter ou regenerar o meio em que vive assim, ele também poderia ser contabilizado como recurso da biodiversidade. Por exemplo, quando DIEGUES (1996) afirma que os povos das florestas são essenciais ao desenvolvimento das mesmas, esse é seu papel econômico natural intrínseco, cuja repercussão no mercado financeiro não é considerada.

A singularidade factual entre todas as aberrações que se vêem no raciocínio financeiro e que se tentam maquiar através dos índices de desenvolvimento (já que eles contrapõe dados, mas não lançam mão de uma ruptura que leve a mudança efetiva), de um ponto de vista generalizado, é uma concepção do mundo e das interações neste mundo como se ele pertencesse à população humana. Os senhores do planeta, digladiam entre si, infantilmente consomem e destroem, reproduzem-se e paradoxalmente produzem maravilhas, além disso, crêem num mito que salvará a todos, a ciência, mais exatamente a capacidade técnica que o homem possui de desenvolver e manejar ferramentas e dominar processos. Todos sem exceção, mesmo até os fundamentalistas religiosos, se baseiam no produto humano externalizado numa tecnologia para infligir suas vontades e submeter aos demais. O texto para discussão nº159 MOTA (1997) expressa essa tendência:

“... identificar políticas e instrumentos que poderiam ser engendrados e motivados no planejamento governamental que, em conjunto com outras iniciativas da sociedade civil e da área empresarial, pudessem reverter tendências ambientais **restritivas à melhoria do bem-estar da população brasileira e harmonizá-las num contexto de desenvolvimento sustentável.**” (MOTTA, 1997, pág.6)

A elite que planeja e influencia decisões, que pensa, que têm acesso garantido aos recursos em geral busca uma igualdade para todos e para si próprios em termos de conforto e bem estar, segundo níveis de consumo inviáveis ao planeta. Não indicativos no discurso de medidas sejam adotadas segundo um novo estilo de vida, principalmente nas cidades. Ainda se pensa em “manejar tendências ambientais restritivas e harmonizá-las ao contexto de desenvolvimento sustentável”.

"Algumas estimativas indicam [ver, por exemplo, Vitousek **et alii** (1986)] que atualmente 40% da produção líquida primária terrestre da biosfera, em termos de apropriação de recursos naturais e energia, já está comprometida para consumo humano. Esta magnitude, mesmo considerando possíveis vieses para cima nestas estimativas, oferece uma dimensão da escala da presença das atividades humanas no planeta. Tal escala aponta **limites bastante restritos ao crescimento** e ao mesmo tempo **requer exigências bastante severas ao avanço tecnológico que atenuem estas restrições.**" (MOTTA, 1997, pág. 7)

Até mesmo do ponto de vista tecnológico parece que a concepção de crescimento econômico indefinido e sustentável dos estilos de vida consumistas será insustentável. De alguma maneira os Índices demonstraram que a inércia das tendências atuais ao desenvolvimento é tão poderosa que mesmo com as medidas restritivas, penalidades, e toda "vontade" política reunidas não se revertam em mudanças eficazes à saúde do planeta a curto e médio prazo.

"Após a Rio-92, a I Conferência Mundial sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, o termo "desenvolvimento sustentável" tornou-se uma unanimidade. Desde então, praticamente não se encontra ninguém que seja contra essa idéia, a de **crescer mantendo o equilíbrio entre as dimensões econômica, social e ambiental**. Governos, empresários e organizações sociais incorporaram o termo em seus discursos e, muitos deles, também em suas práticas.".... Porém, 10 anos depois, a II Conferência Mundial, ocorrida em Joanesburgo, na África do Sul, em 2002, fez uma triste constatação: todos os indicadores ambientais haviam piorado. Havia mais desmatamento, mais extinção de espécies, mais poluição do ar, rios e mares, secas e inundações provocando mais fome, novas doenças e muita exclusão social." (REVISTA SENAC E EDUCAÇÃO AMBIENTAL, nº 3, 2003, pág. 1)

A ordem econômica posta acima das finalidades essenciais da vida, com um fim em si mesma, e não como um veículo para a consecução de finalidades mais humanas, determina um regime de exclusão de tudo (até mesmo países e pessoas) o que for dispendioso e não vantajoso ao propósito do lucro. Além disso determina um regime de escassez de recursos a quem não pode pagar por eles, o direito individual e coletivo passa a ser uma premissa submissa a idéia de posse.

"... a escassez tornou-se a sentença decretada por nossa economia moderna... A sociedade de mercado se baseia na permanente recriação da escassez, ou seja, para que os produtos de consumo circulem e alimentem as trocas mercantis, é necessário comportamento de consumo, o desejo de consumir os valores materiais e simbólicos que prometem os produtos." (SENAC, 2006, pág. 150)

O problema da "infantilidade" social revela que intrinsecamente a maioria dos seres humanos, independentemente da idade não desenvolveu a maturidade humana que delega poder de soberania sobre si mesmo, como entidade viva nesta Terra, a capacidade de ser autocrático em relação a si próprio, não dependendo de alguém que o dirija, e sendo responsável e pró-ativo em relação as suas próprias escolhas e atos. Isto está refletido principalmente na conduta da grande maioria dos "líderes mundiais" os quais se poderia ao menos esperar que fossem capazes de dominar suas pulsões mais egoístas e primitivas, que os têm levado a tratar a coisa pública como privada. O que se pode esperar de pessoas que não manejam adequadamente a si mesmas, em relação ao poder tecnológico que possuem nas mãos?

O problema singular que vai da miséria humana à violência brutal, passando pelos problemas ambientais, pelas desigualdades de toda ordem, pelo desrespeito à vida, pelo desamparo, pelo abuso da autoridade (que nestes casos nem deveria ser reconhecida como tal), pela malévola capacidade que alguns seres humanos diante de tudo isso possuem para se organizarem, promoverem e praticarem a cultura global dos anti-valores, é uma incapacidade semelhante à degeneração, de reconhecermos uma outrora conhecida pluralidade de valores que serviam como referências e como ferramentas aos homens que buscam lapidar a si próprios segundo o que a natureza lhes mostra, doa e ensina.

O que os relatórios de um modo geral externalizam é uma inércia paradoxal na ordem dos fatos. De um lado temos as mais inovadoras noções da “economia” ecológica apontando o desenvolvimento sustentável como alternativa, e critérios baseados em níveis de crescimento econômico que em última análise se apóiam na extração de recursos do meio ambiente (energia) como mecanismo propulsor e agregador de valor às demais relações comerciais, consumo de bens e prestação de serviços. De outro lado temos guerras, sofrimento, miséria, doenças, explosão demográfica, desastres ambientais e fome pressionando as economias tanto positiva quanto negativamente (por exemplo, uma grande pandemia pode significar imediatamente um gigantesco lucro a uma indústria qualquer da mesma forma que uma guerra, “movimentando” a economia por um lado e retraindo-a por outro), as políticas internacionais macroeconômicas corporativistas e as políticas sociais humanistas, a se desenvolverem para alcançar uma qualidade de vida futura universal. Os relatórios tornam explícitas numericamente uma coleção sem fim de controvérsias que evidenciam uma total falta de coerência entre princípios meios e fins no âmbito internacional planetário.

O que vêm a ser desenvolvimento então? Por certo não se trata antes de produzir riquezas, e de garantir que todos possam usufruir de seus benefícios a fim de tornarem-se seres humanos melhores e capazes de restituir ao seu planeta o que lhe é dado por ele. Primordialmente desenvolvimento e cultura deveriam se tratar de uma conduta moral das sociedades e entre elas, para produzir e compartilhar riquezas. A economia seria um meio para alcançar finalidades essencialmente mais humanas, e que estão além da perspectiva do confortável consumo.

“O verdadeiro objetivo do desenvolvimento deve ser o de melhorar a qualidade de vida os seres humanos, permitindo-lhes a realização de uma vida digna e satisfatória.” (SENAC, 2006, *pág 161*)

“Em relação à questão ambiental, não se trata mais de pensar em outros modelos de desenvolvimento. Devemos pensar em alternativas ao desenvolvimento. O grande erro epistemológico que os ambientalistas cometeram, que trouxe graves conseqüências políticas, foi o de abandonar a radicalidade da crítica que faziam, nos anos 60, às idéias de progresso e desenvolvimento, e começar a falar de eco-desenvolvimento e desenvolvimento sustentável.” (WALTER, 2002, *Revista Senac e Educação Ambiental, no 2, 2002*)

“Se o desenvolvimento que havia antes não era sustentável, para que servia então? Todo desenvolvimento nacional, para ser genuíno, deveria automaticamente ser sustentável”, “Ao desenvolvimento adicionaram-se adjetivos como sustentável, integral ou socioeconômico para compensar sua tradicional ênfase materialista- economicista. Adjetivos que visam recuperar o que nunca deveria ter-se perdido ou unir o que nunca deveria ter sido separado” (REVISTA SENAC E EDUCAÇÃO AMBIENTAL, *nº 3, 2003, *pág. 3**)

Cada uma dessas vertentes ainda singulariza com as demais na sua característica positivista, e hoje neo-liberal. A idéia de traçar metas e planos em longo prazo (50, 100, 500, anos ou mais) que levem a uma mudança efetiva do rumo dos acontecimentos, está descartada na prática governamental dos mandatos de uns poucos anos em que se têm o interesse de promover a imagem política pessoal de alguém. Pensar que o desenvolvimento e a sub-consequente noção de expansão ilimitada da artificialização do meio é em si a mentalidade a ser substituída, também parece estar fora de questão na prática comum.

"A idéia de cidade subjetiva torna a cidade um lugar simbólico e material onde se produz o destino da sociedade. Lugar de encontro e trocas onde se cruzam os jogos econômicos, sociais, ecológicos e culturais. Esta foi uma noção proposta por Felix Guattari para pensar uma reorientação das **finalidades tecnológicas e científicas das cidades como grandes máquinas midiáticas.**" (SENAC, 2006, pág. 158)

Tudo inclusive o meio rural já é pensado de forma urbana:

"Na medida em que **as populações urbanas projetam sobre a vida rural o ideal de vida simples e "ecológica"**, cresce a oferta de serviços como turismo rural, de aventura, ecológico, pousadas rurais, hotéis fazenda, pesque-pague, trilhas ecológicas, etc." (SENAC, 2006, pág.153)

O que hoje se propagandeia midiaticamente é que o indivíduo se realize no ato de consumir, participando da rede de fluxo financeiro. Sobre a capacidade de ser humano realizando-se à partir do exercício de praticar o que é genuinamente bom, belo e justo para todos, nada se têm notícia. O que se conhece sobre o que é bom é o que bom pra si próprio não importando os demais, o que se conhece sobre a beleza é a que satisfaz a necessidade individual de sentir prazer através da sensualização do mundo seja comprando um objeto ou tentando possuir alguém como se fosse um (aliás, uma pulsão básica que Freud explica e que hoje adquiriu contornos contemporâneos), e o que se conhece como justiça é a que atende aos interesses e necessidades do indivíduo em detrimento de quem e do que quer seja.

A crítica ao método e principalmente aos princípios que dão as formas da sociedade atual, dedica-se à busca de melhoramentos a partir de uma utilização Ética e de um zelo Moral daquilo se produz em termos de conhecimento, tecnologia, economia, entre outras coisas. Restam perguntas básicas e muito pertinentes nesta altura da discussão. Para que vive um Ser Humano na face deste Planeta? O que o torna inexoravelmente Feliz? É algo que pode ser comprado ou necessita ser adquirido com base na experiência íntima e intrínseca do que é o significado da vida, a partir de nossas ações e escolhas? Como se mensura este tipo de desenvolvimento da "Alma Humana"?

"... o rei do Butão, uma nação budista, respondeu que, para eles, o que importava era a felicidade humana, e não a aquisição de bens e produtos. E perguntou aos banqueiros que ali estavam se eles saberiam medir a felicidade de um povo. "Por que não criar um índice de felicidade bruto? Se é isso que nos importa, é isso o que vai nos dizer se somos desenvolvidos ou não!" E os banqueiros, constrangidos, não souberam como responder à proposta do rei." (REVISTA SENAC E EDUCAÇÃO AMBIENTAL, nº 3, 2003, pág. 3)

Ainda que com as melhores intenções, se insiste em conhecer o homem e suas relações sociais à partir de números e gráficos que satisfazem apenas as necessidades de mensuração da realidade com base num critério abstrato. Este critério financeiro indica a realidade configurativa limitada e parcial de um método, o científico, já que os objetos de estudo, isto é, os seres humanos, transcendem as análises financeiras em muitos aspectos desde que sejam levadas em consideração como parâmetros suas realidades e necessidades mais profundas, e também porque o analista econômico é em si mesmo parte e fruto dos significados que eles mesmo atribui (e está condicionado muitas vezes a atribuir) àquilo que ele analisa e configura como sendo a sociedade e seu “desenvolvimento”. Não se pode distinguir o homem do meio em que vive por que o homem é forjado na área de eventos disposta entre seu livre arbítrio e as influências do meio no qual existe. Não se pode determinar que um ser humano seja resultado de qualquer ordem de influências, a não ser que ele escolha atuar sobre si mesmo e selecione suas experiências, e mesmo assim ele não estará completamente isento das influências do meio, externas a ele.

As exigências metodológicas de mensurabilidade de dados de uma “ciência”, cujo paradigma é arcaico e imediatista demais para comportar a envergadura que um estudo do ser humano e da sociedade exige, levam sociais e ambientais a fracassarem sempre que tentam contemplar a realidade sobre esta ótica estrita. É um fato, os modelos estáticos servem para medir certas características, mas não são eficazes para determinar características qualitativas de forma consistente.

Os modelos estatísticos de desenvolvimento social são paradoxais, quanto mais específicos, mais abstratos, pois ainda assim, excluem o indivíduo enquanto entidade social. Mas se junto a um estudo estatístico aparecem as histórias do “Sr. João”, da “Dona Maria”, por exemplo, estas histórias mesmo que específicas, particulares e limitadas a uma parte muito pequena da realidade, ajudam a compreender e até concorrem com outros tipos de dados porque são realidades vivas que possuem nome próprio e existência, estão encarnadas no mundo e são mais verossímeis enquanto fatos do que massas abstratas retratadas por números, apesar de ouvirmos falarem todos os dias de seu sofrimento.

Os índices podem, por exemplo, fornecer informações estatísticas sobre doenças e acesso a saúde, mas não demonstram que ausência de doença se traduz diretamente em bem estar e felicidade, já que hoje a OMS aceita que saúde não é apenas bem estar fisiológico e de ausência de doenças, mas que é fruto de uma série de condições de vida que asseguram experiências de desenvolvimento humano digno ao indivíduo. Para conhecer e tentar qualificar quão dignidade de um ser humano é preciso conhecê-lo e a sua cultura.

Na área econômica as explicações se baseiam nos modelos estatísticos dominantes que representam toda uma forma de enxergar o mundo, a matemática financeira posta em prática exclui na imensa maioria das vezes uma série de variáveis e atritos que impossibilitam as condições ideais para a geração de lucro e riqueza segundo a ótica de acumulação de bens corrente no mercado financeiro. Mantêm-se as condições do desenvolvimento atual com base nos custos sociais e ambientais que em geral são descartados no balanço geral das economias. Refletidamente há uma ignorância conceitual e prática em perceber e considerar profundamente a realidade humana e ambiental, não apenas nas suas necessidades de alimentação, condições de higiene, habitação, educação, transformação e fluxo de energia nos sistemas vivos, entre outras, mas também há grande dificuldade em incluir especificamente graus mais precisos de satisfação do indivíduo e do meio ambiente em busca da sua auto realização como ser humano ou do ser ambiental,

para isso é preciso saber quem é o “Sr. João”, qual sua vocação, onde ele vive, que estilo de vida adota, o que é a vida para ele, como ele a representa em seu universo anímico, quais os problemas oriundos da sua mentalidade de percepção e relação com as pessoas e a sociedade, qual o meio que o acolhe, qual sua relação com este meio, quais são suas qualidades potencialmente latentes, quais as que já afloram naturalmente, qual é o contorno específico de educação que ele individualmente necessita como ferramenta de lapidação de si mesmo, preservação de sua saúde, satisfação de suas necessidades, e para se realizar em harmonia com a Terra.

O fato econômico que os índices atuais tentam considerar é que o ser humano que não se realiza e é infeliz, vive em desarmonia com o Planeta, e polui com sua mentalidade, suas emoções, suas necessidades supérfluas, seus estilos de vida e seu lixo de toda ordem. É de fato um prejuízo em termos concretos, não importando condição social, credo, ou raça, por que indivíduos assim são incapazes para restituir o que lhes é dado, e promovem rupturas do fluxo da energia no âmago do sistema vivo do qual participam. A natureza não se baseia apenas em competição e exploração do mais fraco pelo mais forte.

De uma semana a outra a indignação e a polêmica mudam segundo novos dados, novos estudos. As comoções humanas são influenciáveis e as notícias alardeadas na semana passada já não chocam tanto quanto as de hoje, essa inércia perceptiva nos leva a crer num movimento de transformação da realidade seja para melhor ou para pior que não é real. Do ponto de vista dos fatos, eles estão ocorrendo a todo instante, entre tanto a inércia (há um movimento constante de fluxos de emoções de curta duração que dão a impressão de que fazemos mais para mudar, do que realmente fazemos) que aqui se trata é a aquela indignação constante da qual padecemos semana a semana, e que em função da qual nada se faz, quando a mudança real implica em mudança pessoal de hábitos e de estilos de vida, em conversão da comoção mental e afetiva em ação prática. O grau de consciência humana se mesura na qualidade das ações que os seres humanos praticam.

## **Referências:**

SENAC, DN. **Educação Ambiental**. Temas, Teoria e Prática. In: E.book, Rio de Janeiro: Editora Senac Nacional, 2006.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

ARISTÓTELES. **Ética à Nicômaco**. São Paulo: Martin Claret, 2000.

WALTER, Carlos. Revista Senac e Educação Ambiental (nº 2, 2002): **Amazônia não é um vazio demográfico e cultural**. E.book, Rio de Janeiro: Editora Senac Nacional, 2006.

MOTTA, Ronaldo Seroa da. **Texto para discussão nº159: Desafios Ambientais da Economia Brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA, 1997.

Revista Senac e Educação Ambiental (nº 3, 2003): **Qualidade de Vida – Desenvolvimento Sustentável: É possível medi-lo?** E.book, Rio de Janeiro: Editora Senac Nacional, 2006.